



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 304/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10919/2014.**

**Apenso:** Processo nº 11266/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsáveis:** Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 128/2014 (fls. 606/640) e DICOP – Relatório Conclusivo nº 221/2014 (fls.644/669).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2844/2015-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 682/685).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2013.

*Contas Irregulares. Multa. Prazo. Recomendação e Determinação ao Interessado.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anuais da Câmara Municipal de Eirunepé, referente ao Exercício de 2013, sob responsabilidade do Senhor **Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, “c” da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – R/TCE;

**9.2- Aplicar multa** ao Senhor Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé:

9.2.1- no valor de **R\$ 1.096,03 por cada semestre** em que houve atraso no encaminhamento dos dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal, ou seja, 1º e 2º semestres (restrição 2.5), **totalizando o valor de R\$ 2.192,06**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.2- no valor de **R\$ 17.536,51** (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais, e cinquenta e um centavos) , com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 304/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial devido às restrições não sanadas dos subitens 1.8.2 e 1.8.3; 1.10.2; 2.4; 3.1 - 3.1.1 (3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3, 3.1.1.4, 3.1.1.5); 3.1.2 (3.1.2.1, 3.1.2.2, 3.1.2.3, 3.1.2.4, 3.1.2.5, 3.1.2.6); 3.1.3 (3.1.3.1, 3.1.3.2, 3.1.3.3, 3.1.3.4, 3.1.3.5, 3.1.3.6, 3.1.3.7, 3.1.3.8); 3.2 - 3.2.1 (3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.1.3); 3.2.2 (3.2.2.1, 3.2.2.2, 3.2.2.3, 3.2.2.4, 3.2.2.5, 3.2.2.6, 3.2.2.7); 3.2.3 (3.2.3.1, 3.2.3.2, 3.2.3.3, 3.2.3.4, 3.2.3.5, 3.2.3.6, 3.2.3.7, 3.2.3.8, 3.2.3.9) e 3.3 do Relatório/Voto;

**9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento dos valores mencionados acima aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.4- Autorizar**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.5- Determinar** ao Senhor **Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** ou quem vier lhe suceder o cumprimento disposto na análise da defesa das restrições parcialmente sanadas dos subitens 2.3 (2.3.1, 2.3.4, 2.3.5 e 2.3.6); 2.6;

**9.6- Recomendar** ao Senhor **Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé, o cumprimento do disposto na análise da defesa das restrições constantes nos itens e subitens: 1.1 (1.1.1, 1.1.2); 1.2; 1.3; 1.4, 1.5; 1.6; 1.7; 1.8.1; 1.9.1; 1.10.1; 1.11 deste voto;

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 05 de abril de 2016.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral